

'Restritivo, dirigista e mesquinho'

RIO AGÊNCIA ESTADO

O projeto de renegociação da dívida externa brasileira em investimento de risco no País "é extremamente restritivo, dirigista e mesquinho". O julgamento é do presidente do Banco Inter-Atlântico de Investimento (associado ao Crédit Agricole, da França), José Luiz Miranda, ao criticar ontem, no Rio, a decisão do Conselho Monetário Nacional de "impedir que o Brasil tenha uma real oportunidade de reativar o clima de investimentos estrangeiros ao aprovar uma medida que visa muito mais agradar ao pessoal do PMDB, mas que acaba desagrando todo mundo".

Na sua opinião, não tem sentido condicionar

um banco credor a converter o seu dinheiro em investimento em seu nome, e aplicar-lhe um confisco, que é o deságio. Essa exigência — acrescentou — impedirá que os credores estrangeiros invistam seus créditos na capitalização de bancos a que estão associados no Brasil, mediante a utilização de recursos acumulados junto ao Banco Central.

Para Miranda, que já ocupou a vice-presidência internacional do Banco do Brasil e foi diretor da dívida pública do Banco Central, o modelo de conversão não ajudará muito o governo brasileiro nas novas rodadas de negociação da dívida externa, devido ao aspecto da compulsoriedade em áreas definidas de aplicação e a imposição

do deságio sobre os títulos de dívida. Não tem sentido limitar os investimentos no setor público e em regiões determinadas, quando se esperava que a conversão fosse integral, observou.

Mesmo assim, considerou a aprovação do projeto positiva na medida em que quebra mais um tabu no País. Com isso concordou o presidente do Banco Montreal de Investimentos (Associado ao Montreal Bank, do Canadá), Pedro Leitão da Cunha, para quem o Brasil está no caminho certo, visto que "era uma iniciativa que estávamos esperando há muito tempo".

Acrescentou, porém, que o projeto de conversão precisa de definição em vários pontos, como o as-

pecto contratual do bônus de conversão e a questão relacionada a dividendo e remessa de lucros decorrentes da operação. O interesse do banco credor estará diretamente ligado aos resultados dos leilões realizados pelo Banco Central, quando, então, serão definidos os deságios e, conseqüentemente, as rentabilidades dos títulos de conversão, disse.

Para Leitão da Cunha a conversão de dívida em investimento também estará condicionada, nos casos de regionalização, às oportunidades a serem oferecidas aos bancos credores. Mesmo assim disse que o projeto sinaliza para a comunidade internacional a intenção de o Brasil procurar uma solução para a sua dívida externa.